



14 DE AGOSTO DE 2018 Terça-feira

- INDÚSTRIA 4.0 É TEMA DE SEMINÁRIO REALIZADO PELA FOLHA DE S. PAULO
- VW PLANEJA FÉRIAS COLETIVAS EM FÁBRICA DE TAUBATÉ
- GOVERNO ENVIA À CÂMARA PROJETO DE LEI PARA RESSARCIR R\$ 1 BI A MONTADORAS
- MOODY'S VÊ MELHORA DAS CONDIÇÕES PARA EMPRESAS BRASILEIRAS
- NA SEGUNDA SEMANA DE AGOSTO, BALANÇA COMERCIAL REGISTRA EXPORTAÇÕES DE US\$ 3,4 BILHÕES E IMPORTAÇÕES DE US\$ 3,7 BILHÕES
- APÓS BOOM DE 2017, REMESSAS PARA FORA CRESCEM, MAS EM RITMO DESACELERADO
- COMÉRCIO PAULISTA FECHA 5,8 MIL POSTOS DE TRABALHO EM JUNHO, DIZ FECOMERCIO SP
- TRABALHADORES DOS CORREIOS DECIDEM HOJE SE ENTRAM EM GREVE
- EDUCAÇÃO EXECUTIVA AGREGA VALOR AO NEGÓCIO
- MERCADO APOSTA EM INOVAÇÃO EM MEIO A FRACO DESEMPENHO DA CONSTRUÇÃO
- SERVIÇOS SALTAM 6,6% EM JUNHO, ACIMA DO ESPERADO E MELHOR DESEMPENHO DESDE 2011
- ATRASO NO CRÉDITO CORPORATIVO PODE AFETAR MARGEM FINANCEIRA
- EDITORIAL: AS MEIAS VERDADES SOBRE A TRIBUTAÇÃO
- BNDES TEM LUCRO DE R\$ 2,7 BILHÕES NO SEGUNDO TRIMESTRE
- CARGA DE ENERGIA CRESCE 3,9% EM JULHO ANTE JULHO DE 2017, DIZ ONS
- PARANÁ REVERTE CENÁRIO E FICA PERTO DE MANTER GESTÃO DAS RODOVIAS FEDERAIS
- PRODUÇÃO DE MOTOS EM JULHO É A SEGUNDA MELHOR DO ANO
- MISSÃO COMERCIAL NO MÉXICO PODE GERAR US\$ 2,7 MILHÕES PARA INDÚSTRIA BRASILEIRA DE IMPLEMENTOS

- VEÍCULOS PESADOS PUXAM ALTA DOS NEGÓCIOS NO BANCO MERCEDES
- SCHAEFFLER MOVER ANTECIPA MOBILIDADE AUTÔNOMA
- ANP ESTUDA PROIBIR ANÚNCIO PRÉVIO DE REAJUSTE DOS COMBUSTÍVEIS
- POSTOS DE GASOLINA DEVEM SER OBRIGADOS A DIVULGAR PREÇOS EM SISTEMA NA INTERNET
- RESOLUÇÃO SOBRE TRANSPARÊNCIA DE AJUSTE DE COMBUSTÍVEL SAI EM SETEMBRO, DIZ ANP
- MUSK DIZ QUE FUNDO SAUDITA APOIA COMPRA DA TESLA; NEGOCIAÇÕES CONTINUAM
- EX-PRESIDENTE DA AUDI TEM PEDIDO DE LIBERDADE NEGADO
- FUNCIONÁRIO TEM BRAÇO AMPUTADO EM USINA DA USIMINAS EM MG APÓS NOVO ACIDENTE

CÂMBIO		
EM 13/08/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,884	3,885
Euro	4,408	4,410

Fonte: BACEN

Indústria 4.0 é tema de seminário realizado pela Folha de S. Paulo

14/08/2018 – Fonte: MDIC (publicado em 13-08-2018)

Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços participou do evento e destacou medidas para o setor

A indústria 4.0 foi tema de um seminário realizado, nesta segunda-feira, pelo jornal Folha de S. Paulo em São Paulo. O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge, participou do evento e destacou ações adotadas para o setor.

Como lembrou Marcos Jorge, o MDIC lançou, durante a edição latino-americana do Fórum Econômico Mundial, um conjunto de medidas para auxiliar o setor produtivo, em especial as pequenas e médias indústrias, em direção ao futuro da produção industrial, a chamada "Agenda 4.0".

Algumas das medidas previstas nessa agenda já estão em curso, como o lançamento de linhas de crédito, com juros reduzidos, por meio do BNDES, Basa e Finep. O incentivo à instalação das chamadas "Fábricas do Futuro", por meio de editais de testbeds, também está em fase de conclusão. Além disso, foi fechada uma parceria entre a Universidade do Porto e a Universidade Federal do Amazonas para a criação

do primeiro curso de mestrado e doutorado em Indústria 4.0. Serão 30 de mestrado e 15 de doutorado. As primeiras turmas deverão ser formadas ainda neste ano.

Marcos Jorge lembrou que, em fevereiro deste ano, a Câmara de Comércio Exterior (Camex) zerou o imposto de importação para aquisição de robôs industriais não produzidos no Brasil.

O ministro destacou ainda que a Indústria 4.0 foi tema da reunião de 10ª reunião de Cúpula dos BRICS, realizado em julho em Joanesburgo, na África do Sul. "A adoção de novas tecnologias está em franca discussão no mundo. As mudanças da 4ª Revolução Industrial são uma realidade. Precisamos preparar a nossa economia", disse Marcos Jorge.

Seminário Folha

Além do ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, participaram do evento da Folha de S. Paulo o gerente-executivo de Política Industrial da CNI, João Emílio Gonçalves; o diretor-executivo da Associação de Engenheiros Brasil-Alemanha (BDI), Johannes Klingberg; e Rafael Andrade, representando a Anatel.

O painel foi mediado pelo jornalista Everton Lopes, que é repórter da Folha da área de tecnologia e assina o "Sci-Fi blog".

VW planeja férias coletivas em fábrica de Taubaté

14/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 13-08-2018)



Pedido protocolado em sindicato dos metalúrgicos prevê período entre 20 de agosto até 18 de setembro

A **VW** planeja dar **férias coletivas** para parte dos funcionários de sua **fábrica** em Taubaté (SP), onde são produzidos os modelos Up!, Gol e Voyage.

Segundo o sindicato dos metalúrgicos local, um documento foi protocolado pela montadora, que prevê um período de quase 30 dias, entre 20 de agosto e 18 de setembro, no entanto, não informa a quantidade de funcionários e os setores que serão afetados com a medida. Atualmente, 3,1 mil pessoas são empregadas na unidade.

Em comunicado, a Volkswagen defende que "no caso de flutuações momentâneas de mercado, a empresa poderá, no futuro, utilizar ferramentas de flexibilização da produção, no sentido de se adequar à demanda de mercado", embora não tenha confirmado a medida até o fechamento desta reportagem.

A adequação da produção à demanda do mercado também foi o motivo que levou a VW a planejar **férias coletivas para 1 mil trabalhadores em sua planta de São Bernardo do Campo (SP)**.

Há pouco mais de um ano, em abril de 2017, a montadora concedeu férias coletivas a 3,6 mil funcionários de Taubaté. Na época, a empresa também alegou que a medida previa adequar os volumes de produção à demanda do mercado de veículos.

Governo envia à Câmara projeto de lei para ressarcir R\$ 1 bi a montadoras

14/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 13-08-2018)

PL disciplina uso do crédito do IPI das empresas que aderiram ao Inovar-Auto

O governo enviou à Câmara dos Deputados um projeto de lei que disciplina a utilização do saldo de crédito presumido do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) acumulado pelas montadoras de veículos que aderiram ao Inovar-Auto, que, entre 2013 e 2017, concedeu incentivos fiscais para o setor investir em pesquisa e desenvolvimento.

Como parte do programa, empresas com projetos de instalação de novas fábricas em solo brasileiro recolheram IPI adicional de 30 pontos percentuais sobre os veículos importados antes do início da produção local, e agora poderão ser ressarcidas em cerca de R\$ 1 bilhão, de acordo com o projeto de lei 10.590/18.

A utilização do crédito presumido de IPI faz parte das negociações entre o governo e a indústria automotiva que deram origem ao Rota 2030, um novo regime que está analisado em comissão mista do Congresso Nacional e que substituirá o Inovar-Auto. O projeto de lei 10.590/18 será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Finanças e Tributação, Constituição e Justiça e de Cidadania, informou a Agência Câmara Notícias nesta segunda-feira.

Moody's vê melhora das condições para empresas brasileiras

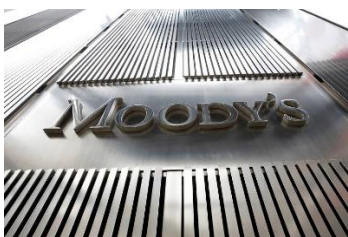
14/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 13-08-2018)

Moeda fraca deve pressionar os preços, aponta relatório

As condições de crédito para as empresas brasileiras estão mostrando sinais de melhora, enquanto o país emerge de sua mais profunda recessão econômica da história, mas a incerteza econômica persiste antes das eleições presidenciais de outubro, disse a agência de classificação de risco Moody's Investors Service em um relatório nesta segunda-feira (13).

A moeda fraca do país deve pressionar os preços, embora a inflação e as taxas de juros devam permanecer em mínimas históricas, segundo o relatório.

Para o vice-presidente sênior da Moody's, Erick Rodrigues, "os indicadores de crédito corporativo permanecerão sólidos para a maioria dos exportadores, mas melhorarão muito modestamente para os setores locais em 2018-19, em meio à lenta recuperação econômica, incerteza política e confiança neutra do consumidor".



Fachada do escritório da agência de risco Moody's em prédio nos Estados Unidos - Reuters

A agência disse que a Petrobras deve continuar focando na redução da dívida e no fortalecimento de seu desempenho operacional, enquanto os preços do minério de ferro devem se manter estáveis, com a Vale melhorando a qualidade da produção e os custos.

"O aumento da produção e da redução da dívida da Vale é um bom presságio para um ano mais forte em 2019", disse a Moody's.

Já a recuperação do setor siderúrgico vai continuar lenta, com os preços mais altos contrabalançando a demanda mais fraca no segundo semestre deste ano.

A Moody's também vê preços firmes de celulose, que devem melhorar o fluxo de caixa da Suzano Papel e Celulose e da Fibria Celulose, e vê o dólar mais forte impulsionando a receita de exportação dos processadores de carnes BRF, JBS, Marfrig e Minerva, embora o setor de aves ainda deva sentir em 2018 a compressão das margens e perdas devido a greve dos caminhoneiros.

Para o setor de construção, contudo, a Moody's vê uma recuperação apenas em 2019. "Essa recuperação dependerá dos resultados gerais das eleições e das perspectivas macroeconômicas do Brasil", acrescentou.

Na segunda semana de agosto, balança comercial registra exportações de US\$ 3,4 bilhões e importações de US\$ 3,7 bilhões

14/08/2018 – Fonte: MDIC (publicado em 13-08-2018)

A balança comercial brasileira registrou exportações de US\$ 3,444 bilhões e importações de US\$ 3,721 bilhões na segunda semana de agosto, resultando num déficit de US\$ 277 milhões.

No mês, as exportações somam US\$ 5,814 bilhões e as importações, US\$ 5,773 bilhões, com saldo positivo de US\$ 41 milhões.

No ano, as exportações totalizam US\$ 142,274 bilhões e as importações, US\$ 108,197 bilhões, com saldo positivo de US\$ 34,077 bilhões.

Confira [aqui](#) os dados da balança comercial

Nas exportações, comparadas as médias até a segunda semana de agosto de 2018 (US\$ 726,7 milhões) com a de agosto de 2017 (US\$ 846,6 milhões), houve retração de 14,2%.

Caíram as vendas de semimanufaturados (-30,3%), por conta de semimanufaturados de ferro e aço, açúcar em bruto e ferro-ligas; de manufaturados (-18,6%), devido a redução da exportação de aviões, automóveis de passageiros e açúcar refinado; e de produtos básicos (-2,9%), explicado pela redução das vendas externas de milho em grãos, carnes de frango, bovina e suína e café em grãos.

Nas importações, a média diária até a segunda semana de agosto de 2018 (US\$ 721,7 milhões) ficou 19,6% acima da média de agosto de 2017 (US\$ 603,4 milhões). Nesse comparativo, cresceram os gastos, principalmente, com químicos orgânicos e inorgânicos (32,8%), combustíveis e lubrificantes (32,3%), veículos automóveis e partes (25,2%), equipamentos mecânicos (17,2%) e equipamentos eletroeletrônicos (13,6%).

Semana

A média das exportações da segunda semana de agosto chegou a US\$ 688,8 milhões, 12,8% abaixo da média primeira semana (US\$ 789,9 milhões), em razão da queda nas exportações de semimanufaturados (-35,2%), por conta de celulose, açúcar em bruto e ouro em formas semimanufaturadas.

Também caíram, nesse comparativo, as vendas externas de produtos básicos (-11,0%), principalmente de petróleo em bruto, carnes bovina e de frango e café em

grãos, e de manufaturados (-8,4%), em razão de etanol, motores para automóveis e tubos flexíveis de ferro e aço.

Já as importações registraram aumento de 8,8% da primeira para segunda semana de agosto. Houve aumento nos gastos com combustíveis e lubrificantes, farmacêuticos, equipamentos elétricos e eletrônico.

Após boom de 2017, remessas para fora crescem, mas em ritmo desacelerado

14/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Uma parcela do dinheiro é enviado por quem tem parentes fora do país

O volume de recursos enviado de pessoas físicas do Brasil para contas-correntes em outros países aumentou neste ano, mas houve uma desaceleração brusca do crescimento.

A variação positiva no primeiro semestre foi de 13,5%. No mesmo período do ano passado, houve um boom de 74% em relação a 2016. As informações são do Banco Central.

Parte do dinheiro é enviado por pessoas que têm parentes em outros países, diz Roy Martelanc, coordenador de finanças da FIA (Fundação Instituto de Administração).



Cédulas de Real - João Wainer - 29.nov.10/Folhapress

“São valores para manutenção da vida lá fora, e aumenta quando há mais emigração. Essa desaceleração é um indício de que a saída de brasileiros ainda acontece, mas se estabilizou. O momento de maior desalento fico para trás.”

Se a economia do Brasil voltar a crescer no ano que vem, a maioria dos que deixaram o país voltará, e essa rubrica cairá, segundo o economista.

A busca por diversificar portfólio também tem feito brasileiros enviarem recursos para fora, segundo Andreas Perdicaris, diretor de câmbio da Hayman Woodward, consultoria especializada em intercâmbio de valores.

“Não é necessário estar nos EUA para abrir uma conta bancária no país e, apesar dos limites diários, é possível fazer remessas e depois aplicar.”

A maior explicação para a alta, no entanto, é mesmo de pessoas que se mudaram para o país, diz Perdicaris.

“Mesmo com o Trump, o número de brasileiros aqui (Miami) tem aumentado —o número de vagas legais não caiu.”

Comércio paulista fecha 5,8 mil postos de trabalho em junho, diz FecomercioSP

14/08/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 13-08-2018)

O comércio paulista fechou 5,8 mil vagas de trabalho em junho, o que levou o total de postos eliminados durante o primeiro semestre deste ano para 33,7 mil. Feito com base em dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do

Trabalho (Caged) de nove ramos do comércio em 16 regiões do Estado, o levantamento é divulgado pela FecomercioSP e vem registrando cortes na força de trabalho do setor desde o início do ano. A exceção foi abril, quando foram criadas 2,3 mil vagas.

Segundo a entidade, o primeiro semestre é marcado por retração do emprego formal, mas em 2018 o cenário se agravou em razão da greve dos caminhoneiros e do desempenho frustrante da economia. A FecomercioSP observa que o desemprego continua elevado e o consumo das famílias, represado.

“Esta reunião de cenários, aliado ao próximo pleito eleitoral, causa aumento da incerteza e, naturalmente, da confiança dos empresários”, comenta a entidade.

Entre nove atividades monitoradas, apenas as concessionárias de veículos abriram vagas em junho: 170 novos postos. Na ponta oposta da lista, fecharam mais vagas as lojas de vestuário, tecidos e calçados (1,8 mil) e o varejo de materiais de construção (1,2 mil).

Trabalhadores dos Correios decidem hoje se entram em greve

14/08/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 13-08-2018)

Os trabalhadores dos Correios decidem hoje se a categoria entra ou não em greve. As assembleias, que serão realizadas em todo o país, votarão a proposta da empresa, que oferece 3,68% de reposição salarial, medida pelo INPC (ou seja, zero percentual de aumento real).

Os trabalhadores, por sua vez, pedem 8% de reajuste nos salários e no vale alimentação, além da manutenção de direitos como auxílio creche e pagamento dos vales durante período de licença médica por acidente de trabalho, direitos que a ECT ameaçou cortar.

Caso a categoria opte por não aceitar a proposta patronal, uma greve será deflagrada a partir das 22 horas de hoje.

Educação executiva agrega valor ao negócio

14/08/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 13-08-2018)



A área de Recursos Humanos, hoje vista por algumas organizações como Capital Humano, tem um papel fundamental no processo de implantação da educação executiva nas empresas.

Para que essa formatação do programa aconteça da melhor forma, em primeiro lugar, o RH precisa estar consciente e convencido da sua importância estratégica no processo de geração de valor para os clientes de sua empresa.

Áreas estratégicas e prioritárias

O próximo passo é identificar as áreas estratégicas e prioritárias que merecem e precisam da sua imediata atenção. Depois, um analista sênior de RH deve acompanhar

as atividades dos colaboradores das áreas-chave e também entrevistá-los, visando identificar as suas reais necessidades de aperfeiçoamento profissional (explícitas e implícitas).

A partir desse ponto, o RH deve procurar uma instituição de ensino com tradição, reputação, de reconhecida capacidade – tanto pelo mercado como pela sociedade – e inovadora, e começar a desenhar e customizar um curso específico para atender a sua empresa com grande probabilidade de sucesso.

Alguns aspectos importantes: funcionários conscientes sobre a importância do curso no seu desenvolvimento profissional e comprometidos com o aprendizado; que o curso seja ministrado longe do local de trabalho.

Desenvolvimento gerencial liderado pelo RH

Nessa esteira, o RH deve assumir a liderança explícita desse processo e desenhar com os gestores internos os requisitos para esse programa, negociando com a instituição de ensino soluções de interesse para o que a organização deseja.

Na prática, quanto mais estratégico o RH é, mais fácil é o desenvolvimento de um programa de educação executiva que faça sentido e dê retorno para a organização. Os melhores programas de educação são aqueles que trabalham os vários níveis da organização: gerencial e técnico, e não apenas executivo. Essa é a chave do desenvolvimento das lideranças nas empresas.

Alguns passos para a educação executiva

Defina o público-alvo; Realize um levantamento de necessidade de competências que precisam ser desenvolvidas nos colaboradores que compõem o público-alvo; Defina quais metodologias são relevantes para o desenvolvimento das competências levantadas.

Defina quais itens precisam ser customizados para maior aderência do curso a ser desenvolvido; Estabeleça as formas para medir o conhecimento desenvolvido e retido após o curso; Elenque formas de fazer o conhecimento desenvolvido no curso ser utilizado no dia a dia da organização; Formule como medir o retorno sobre o investimento (ROI). Da equipe de redação do SalárioBR.

Mercado aposta em inovação em meio a fraco desempenho da construção

14/08/2018 – Fonte: DCI

Com recuperação lenta dos lançamentos imobiliários, fabricantes investem em serviços e tecnologia para agregar valor e gerar demanda por novos produtos no segmento de reformas



Diante do fraco movimento da construção civil, fornecedores da cadeia buscam agregar valor com serviços e soluções para gerar demanda de novos produtos. Mercado tem recuperação considerada lenta após três anos de crise.

“O ambiente macro está melhor, inflação e juros sob controle. O crescimento do PIB não é o esperado, mas é positivo após um período de recessão. Os projetos estavam parados, mas agora há uma pequena melhora. Aproveitamos esse momento para

lançar novos produtos”, afirma o presidente da Elevadores Otis no Brasil e América Latina, Julio Bellinassi.

Um levantamento realizado em julho pela Associação Brasileira das Indústrias dos Materiais de Construção (Abramat) mostra uma queda nas pretensões de investimento no setor para os próximos 12 meses. Apenas 48% dos membros da associação pretendem fazer alguma forma de investimento. Esse é o menor resultado apontado pela pesquisa desde março do ano passado.

O coordenador de marketing da Saint-Gobain Glass, Gabriel Zanatta, avalia o ano positivamente. “Estamos expandindo para o mercado externo. Internamente, tivemos uma empresa concorrente que fechou, o que gerou uma demanda maior.”

Em abril, a União Brasileira de Vidros (UBV), uma das maiores do setor, anunciou o fim de suas atividades. Nos últimos anos, a Saint-Gobain busca reposicionar sua marca, apostando em inovações para atender o mercado de arquitetura e decoração.

“O vidro da fachada do Instituto Moreira Salles, na Avenida Paulista, é nosso e essa referência nos ajuda a emplacar obras semelhantes”, afirma Zanatta.

Além de soluções destinadas a novas obras, a empresa também tem buscado o mercado de reformas. “Há forte tendência de crescer nesse nicho de vidro com tecnologia agregada, que pode ter múltiplas aplicações: divisórias, portas, boxes e janelas. Tem havido muita substituição”, aponta.

Bellinassi explica que a aposta da Otis tem sido na inovação na área de manutenção e serviços. “Temos parcerias digitais com empresas como a Microsoft e ATT no desenvolvimento de soluções de monitoramento remoto. Da nossa fábrica, em São Bernardo do Campo, o técnico pode fazer até uma intervenção à distância no elevador. Hoje isso já é uma realidade.”

Diante da queda de lançamentos da construção civil, a empresa também tem explorado o segmento de *retrofits*. “Existem prédios antigos que precisam modernizar seus equipamentos. Temos produtos para esse mercado específico.

“No final do ano passado, a Otis adquiriu a divisão de elevadores da Mitsubishi no Brasil e projeta crescimento em 2018. “Continuamos a investir no País, essa aquisição é muito importante. Também estamos expandindo fortemente no mercado externo, especialmente na América Latina”, conta Bellinassi, sem revelar números.

Financiamento

A Atlas Schindler assinou em julho um acordo com o Banco Santander para uma linha de financiamento para modernização de elevadores e escadas rolantes.

“É uma parceria inovadora, é a primeira linha de financiamento de longo prazo ligado a reforma de elevadores de condomínios”, afirma o presidente da Atlas Schindler, Flavio Silva. Ele acredita que o acordo poderá proporcionar um salto tecnológico para os equipamentos.

“Há um volume razoável de elevadores e escadas rolantes em operação que não atendem mais as normas técnicas. As linhas vão oferecer até 60 parcelas, o que torna acessível para condomínios residenciais, que têm uma limitação de caixa maior em relação aos empresariais.”

A empresa também está investindo em soluções digitais, para conectar usuários e técnicos. “Há um potencial de mercado muito grande para a modernização e acredito que a linha de financiamento vai alavancar. O Brasil é um país grande, há todos os elementos para dar certo”, diz Silva.

De acordo com a empresa, a plataforma permite a identificação preditiva de possíveis problemas, reduzindo paradas nos equipamentos monitorados. "Os condomínios não vão precisar esperar por isso, o financiamento vai impulsionar essa plataforma e a internet das coisas. Além disso, a inovação trará valorização para o imóvel", conta o executivo.

Serviços saltam 6,6% em junho, acima do esperado e melhor desempenho desde 2011

14/08/2018 – Fonte: DCI



O setor de serviços do Brasil surpreendeu em junho e subiu muito mais que o esperado, revertendo por completo as perdas causadas pela greve dos caminhoneiros, mas com resultado ainda insuficiente para mostrar recuperação mais forte.

A atividade saltou 6,6 por cento em junho quando comparada com maio, melhor desempenho mensal da série histórica iniciada em 2011, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta terça-feira. Em maio, o setor havia registrado contração de 5 por cento, em número revisado da queda de 3,8 por cento reportada antes.

Sobre junho de 2017, houve alta de 0,9 por cento nos serviços. Expectativas de analistas ouvidos em pesquisa Reuters eram de que o setor teria expansão de 3,2 por cento em junho na comparação mensal, mas retração de 0,3 por cento sobre um ano antes.

"A greve dos caminhoneiros criou um distúrbio no transporte brasileiro e desarticulou a economia brasileira", afirmou o gerente da pesquisa, Rodrigo Lobo, as destacar o forte vaivém nas atividades.

Segundo o IBGE, em junho o destaque ficou para o segmento de Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, com salto de 15,7 por cento sobre maio, quando houve retração de 10,6 por cento. Segundo Lobo, esses serviços representam cerca de um terço da pesquisa total.

O movimento dos caminhoneiros no final de maio abalou ainda mais a confiança de consumidores e empresários no país ao prejudicar o abastecimento, afetando a atividade econômica. As expectativas de analistas para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano vêm recuando, agora em torno de 1,50 por cento depois de terem chegado a 3 por cento há poucos meses.

Os demais resultados positivos em junho vieram dos ramos de serviços de Informação e comunicação (+2,5 por cento), de outros serviços (+3,9 por cento) e de Serviços profissionais, administrativos e complementares (+0,4 por cento).

Na outra ponta, os Serviços prestados às famílias recuaram 2,5 por cento e assinalaram a segunda taxa negativa seguida, acumulando perda de 3,8 por cento, segundo o IBGE.

Apesar do desempenho forte em junho, o setor de serviços fechou o segundo trimestre com queda de 0,3 por cento sobre o período anterior, segunda taxa negativa seguida.

Entre janeiro e março, quando comparado com o quarto trimestre de 2017, a queda foi de 0,5 por cento.

"O cenário em vista não é de aumentos fortes, a tendência é devolução dessa alta acima da perda na série ajustada de julho", afirmou Lobo. "A conjuntura não é favorável, com eleições no horizonte que são motivo de incerteza. Julho vamos ter algum tipo de devolução (perda)", explicou ele, acrescentando que o setor de serviços estava operando no nível equivalente a 2012.

Em julho, a confiança do setor de serviços no Brasil subiu e interrompeu sequência de quatro meses seguidos de perdas, mas ainda não o suficiente para compensar a queda em junho.

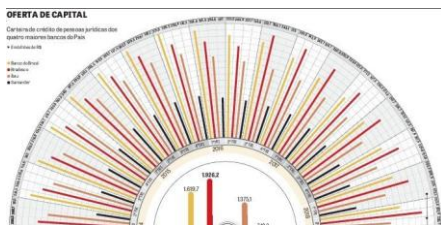
O Índice de Confiança de Serviços (ICS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) chegou a 87,5 pontos, com alta de 0,8 ponto sobre junho, quando atingiu o menor nível em nove meses com impactos da greve dos caminhoneiros no final de maio, causando forte desabastecimento no país todo e desacelerando a economia.

Também em julho, outros indicadores de confiança mostraram alguma recuperação ou pararam de cair, após os efeitos mais pesados da greve dos caminhoneiros terem ficado para trás. O indicador do consumidor subiu e o da indústria, permaneceu estável.

Atraso no crédito corporativo pode afetar margem financeira

14/08/2018 – Fonte: DCI (publicado em 13-08-2018)

Apesar da carteira de large corporate ter a primeira alta em meses nos balanços dos grandes bancos, volume ainda é baixo e aposta em serviços e controle de despesas tem limite



O atraso na retomada do crédito corporativo pode impactar a margem financeira dos grandes bancos. Com a maior parte da carteira fixada em negócios e o crescimento vindo de cortes de gastos e provisões, continuidade da alta depende de maiores empréstimos.

O movimento dos grandes bancos em relação às carteiras de pessoas jurídicas, por outro lado, já começa a se mostrar positivo. No segundo trimestre, Banco do Brasil (BB), Bradesco, Itaú e Santander somaram R\$ 949,6 bilhões nas concessões voltadas à crédito corporativo.

Apesar da queda observada em relação a igual período de 2017 (R\$ 956,3 bilhões), três dos quatro maiores bancos do País tiveram, pela primeira vez, uma alta no financiamento às grandes empresas, motivo pelo qual os executivos já olham o futuro com maior otimismo.

A exceção foi o Itaú, que mostrou queda de 7,3% nessas concessões, de R\$ 175,4 bilhões para um total de R\$ 162,5 bilhões.

"Mas quando consideramos o mercado de crédito e a emissão de títulos privados, as grandes empresas também avançam", explica o vice-presidente de controles de gestão de riscos e finanças do Itaú, Caio Ibrahim.

Ele reforça que o mercado de capitais vem “preenchendo a demanda dessas companhias por recursos e, inclusive, tem diminuído o endividamento”.

“Esse mercado é importante e será utilizado de forma crescente”, complementa o executivo.

Ao mesmo tempo, parte dos avanços também vem da melhora no índice de inadimplência dessas instituições.

Enquanto o BB mostrou redução de 0,77 ponto percentual (p.p.) na comparação com o segundo trimestre de 2017 – de 4,11% para 3,34% –, Bradesco registrou queda de 0,98 p.p. (de R\$ 4,9% para 3,92%); Itaú caiu 0,5 p.p. (de 3,9% para 3,4%) e Santander mostrou recuo de 0,1 p.p. (de 2,9% para 2,8%).

Para o analista do setor da Planner Corretora Victor Martins, porém, a falta de clareza quanto às eleições nos próximos meses ainda pode influenciar na tomada de crédito.

“É preciso esperar mais um pouco para bater o martelo quanto à mudança de direcionamento, principalmente porque ainda há muita incerteza e o mercado deve se guiar pelo futuro nome da Presidência para as próximas decisões de crédito”, explica o especialista.

Ele comenta, ainda, que como as principais vertentes nas quais os bancos estão apoiando seus lucros atualmente “não virão tão fortemente em 2019”, com os níveis de inadimplência já em patamares normalizados e um limite plausível para o corte de custos, os bancos sentirão os impactos na margem financeira.

“O provisionamento deve vir em níveis similares ao que vemos agora e, caso o crédito continue avançando nessa velocidade, fazer a margem financeira crescer pode se tornar uma tarefa bastante difícil”, completa Martins.

Foco nas receitas

Enquanto a carteira de crédito expandida dos grandes bancos ainda não responde de forma significativa à lenta retomada tem sido nas receitas com tarifas e prestação de serviços e, principalmente no controle das despesas com provisões, o foco dessas instituições.

De um lado, a carteira expandida dos quatro bancos atingiu R\$ 1,992 trilhão no segundo trimestre, uma alta de 3,2% em relação a igual intervalo do ano passado, de R\$ 1,929 trilhão.

De outro, as receitas com prestação de serviços e tarifas dessas instituições, por sua vez, avançaram 8,9% na mesma base de comparação (de R\$ 29,4 bilhões para R\$ 32,1 bilhões), enquanto o volume passado a prejuízo caiu 22,6% (de R\$ 17,9 bilhões para R\$ 13,9 bilhões).

Segundo o presidente do Bradesco, Octavio de Lazari Junior, apesar de o segundo semestre deste ano ainda “depender muito do andamento da economia”, as perspectivas são positivas para o faturamento com tarifas, serviços e emissão de cartões.

“Estamos com uma visão muito boa, não só de aumentar nossa base de clientes, mas esperamos que a estruturação da nova área de não correntistas possa alcançar os 40 milhões de pessoas que escolheram o Bradesco como banco e só não tem uma conta corrente”, afirma.

“O foco principal é atender os interessados até mesmo em um novo relacionamento com o banco”, reforça Paulo Caffarelli, presidente do Banco do Brasil.

Demanda reprimida

Mesmo com os investimentos para aumentar a receita com tarifas e cortas despesas excessivas, a expectativa dos executivos, no entanto, gira em torno da vinda de uma "demanda reprimida" por parte dos empresários e do consumo.

O movimento, porém, só deve se torna significativo quando as eleições passarem e o direcionamento da próxima gestão presidencial seja dado.

"Não vemos que, fora possíveis questões pontuais, o segmento *corporate* deva se destacar. Ele continua bastante afetado e é a demanda quem vai ditar o crescimento", diz o diretor de relações com o mercado do Bradesco, Carlos Firetti.

"O controle de despesas e da provisão permitiu um bom primeiro semestre. O negócio de varejo e de pessoas físicas, em particular, continua a ganhar força", diz o presidente do Santander, Sergio Rial.

"Assim, apesar da volatilidade, estamos convictos que teremos um segundo semestre melhor", conclui Caffarelli, do BB.

Editorial: As meias verdades sobre a tributação

14/08/2018 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado em 13-08-2018)

Candidatos à Presidência usam temas como dividendos e herança para dar a entender que o Brasil cobra pouco do cidadão



Ana Gabriella Amorim/Bigstock

No primeiro debate entre os candidatos à Presidência da República, promovido pela TV Bandeirantes, foram mencionados dois pontos recorrentes sobre a tributação no Brasil: a cobrança de imposto sobre lucros e dividendos distribuídos e o aumento do imposto sobre heranças.

Os candidatos que se manifestaram sobre esse assunto defendem que a parte dos lucros obtidos por empresas paga a sócios na forma de lucros distribuídos, ou a acionistas na forma de dividendos, seja tributada na pessoa física recebedora; e defendem, também, que o imposto sobre herança, que hoje varia entre 4% e 8% dependendo do estado, seja elevado.

Quem vem insistindo especialmente nessa tese é o candidato Ciro Gomes (PDT), sob o argumento de que, no caso dos lucros e dividendos, o Brasil é um dos poucos países que não cobram imposto sobre os valores distribuídos aos sócios ou acionistas; no caso do imposto sobre herança, argumenta o candidato que a alíquota é muito baixa no Brasil, e usa como o exemplo os Estados Unidos, onde a tributação é de 29% sobre bens e direitos recebidos pelo herdeiro.

Essas informações são verdadeiras e induzem as pessoas a acreditar que o Estado brasileiro não sobrecarrega a população com impostos e, nos três níveis da federação, seria até mais leve que o setor público norte-americano. O problema é que essas análises contêm aspectos falsos e escondem fatos graves.

Depois dos tributos, o brasileiro fica com apenas 66% da renda disponível, contra 75% dos norte-americanos

O primeiro fato grave é que, de toda a renda nacional (que é igual ao produto nacional) gerada nos Estados Unidos, o sistema estatal retira 25% na soma de todos os tributos – logo, deixa 75% da renda nacional disponível nas mãos das pessoas.

No Brasil, mesmo sem tributar lucros e dividendos e com menor imposto sobre herança, o sistema estatal arrecada 34% da renda nacional, o que dá nove pontos percentuais a mais do que a carga tributária nos Estados Unidos.

Ou seja, depois dos tributos, o povo brasileiro fica com apenas 66% de renda nacional disponível, contra os 75% dos norte-americanos. E essa carga de 34% da renda nacional brasileira é a arrecadação real ingressada nos cofres públicos, mesmo com inadimplência, sonegação e renúncias fiscais.

A meia verdade mais grave é que os candidatos não dizem à população que, no Brasil, há uma montanha de outros tributos que não existem nos Estados Unidos, e que a carga tributária aqui é muito mais alta que a norte-americana e maior que a carga de boa parte dos países desenvolvidos.

Os economistas calculam que, em geral, ao passar de um terço do produto da nação, a carga tributária começa a criar sérios problemas e empobrece a população – se não por outras razões, pelo menos pelo fato de que o governo usa a tributação para fornecer apenas uma parcela pequena dos bens e serviços de que qualquer pessoa precisa para viver.

A ampla maioria dos bens e serviços necessários para a vida é adquirida pelo cidadão no mercado privado com a renda disponível (aquela que sobra depois da tributação), razão por que a tributação não deve exceder o limite tecnicamente considerado lógico.

Notícias, entrevistas, análises e pesquisas com os candidatos a presidente, governador, senador e deputado em 2018

No Brasil, a carga tributária já ultrapassou o limite máximo considerado aceitável, sobretudo em comparação com a quantidade e a qualidade dos serviços oferecidos pelo setor público.

O Brasil não tem insuficiência de arrecadação, e apenas uma circunstância muito extraordinária justificaria um aumento de tributo sem a redução de outros impostos. Nos Estados Unidos e em outros países que cobram imposto sobre herança – caso do Japão, Alemanha e Inglaterra – não existem contribuições sociais como PIS, Cofins, Contribuição Social sobre Lucro Líquido e pesados tributos sobre consumo. Além disso, países como Austrália, Canadá, Rússia e Suécia não cobram imposto sobre herança; logo, essa não é uma prática universal.

Os candidatos que propõem a elevação de tributos sobre lucros, dividendos e heranças afirmam que isso daria mais R\$ 135 bilhões de arrecadação ao governo, mas ninguém propõe baixar outros impostos de forma a manter inalterada a arrecadação tributária total.

Se alguém propuser que ao aumento de alguns tributos se siga a redução de outros, estamos diante de uma discussão que faz sentido para melhorar a distribuição da carga tributária. Mas não: os que defendem os novos impostos estão pensando mesmo em tributos adicionais, sem redução de nenhum tributo existente, e querem que a sociedade entregue mais de sua renda disponível para sustentar a máquina estatal brasileira, comprovadamente gigante, inchada, ineficiente, cheia de privilégios de classe e corrupta.

BNDES tem lucro de R\$ 2,7 bilhões no segundo trimestre

14/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 13-08-2018)

No primeiro semestre, valor acumulado chegou a R\$ 4,7 bilhões

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) fechou o segundo trimestre de 2018 com lucro de R\$ 2,697 bilhões, alta de 177,5% com relação ao mesmo período do ano anterior.

No primeiro semestre de 2018, o lucro acumulado do banco soma R\$ 4,760 bilhões, 253% a mais do que os R\$ 1,345 bilhões registrados nos primeiros seis meses de 2017.

Foi o maior lucro para o primeiro semestre desde 2014, impulsionado por revisão de provisões para perdas com devedores duvidosos, resultado de intermediação financeira e vendas de ações em poder do BNDESPar, o braço de participações.



(Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social lucra R\$ 4,7 bilhões no 1º semestre - Lucas Tavares/Agência O Globo)

O resultado de venda de ações da carteira somou R\$ 2,591 bilhões no trimestre e R\$ 4,101 bilhões no semestre, elevando o lucro semestral do BNDESPar em 204,7%, para R\$ 3,809 bilhões.

“Estamos perseguindo um programa de desinvestimento, que está gerando resultados para o banco”, disse o presidente do BNDES, Dyogo Oliveira. Segundo ele, a estratégia será mantida no segundo semestre.

O banco ainda espera para este ano receber R\$ 8,5 bilhões da venda de ações da Fíbria para a Suzano, operação que depende de aprovação dos órgãos de defesa da concorrência.

Nos primeiros seis meses de 2018, o banco teve ganho de R\$ 1,8 bilhão com venda de ações da Petrobras e R\$ 1 bilhão com a transferência de ações da Eletropaulo para a italiana Enel, que comprou o controle da distribuidora paulista em junho.

No caso da Petrobras, a venda tem por objetivo enquadrar a exposição do banco à estatal. As operações do primeiro semestre envolveram 1,3% do capital da petroleira.

O custo com provisões para créditos duvidosos caiu para R\$ 81 milhões ao fim do primeiro semestre, contra R\$ 4,769 bilhões no fim de junho de 2017. “É o fim do ciclo de provisionamento de uma série de projetos que tiveram problemas”, disse Oliveira. Já o resultado de intermediação financeira foi de R\$ 6,535 bilhões no semestre, menor do que os R\$ 8,336 do mesmo período do ano anterior diante do declínio do tamanho da carteira e menor rentabilidade dos financiamentos.

RESERVA

Com a necessidade de devolver recursos ao governo federal, o BNDES aprovou mudanças em sua política de dividendos, reduzindo a previsão para o mínimo legal,

de 25% do lucro líquido, a partir de 2019. Em 2017 e 2018, a política prevê a distribuição de 60%.

O objetivo é reservar recursos para financiamentos sem necessidade de aportes do Tesouro, disse o presidente do BNDES. No primeiro semestre, o banco devolveu ao governo federal R\$ 60 bilhões em recursos subsidiados que haviam sido emprestado a durante os governos petistas. No segundo, devolverá outros R\$ 70 bilhões.

Carga de energia cresce 3,9% em julho ante julho de 2017, diz ONS

14/08/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 13-08-2018)

A carga de energia do País apresentou um crescimento de 3,9% em julho em relação ao verificado no mesmo mês de 2017, e alcançou 63.580 MW médios, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Com relação ao mês de junho, a carga apresentou estabilidade.

De acordo com o ONS, contribuiu para o crescimento, na comparação anual, o maior número de dias úteis e a ocorrência de temperaturas superiores ao mesmo mês de 2017, quando foi observada a atuação de uma massa de ar frio com queda acentuada de temperatura na região Sudeste/Centro-Oeste e chuvas na região Nordeste durante todo aquele mês. A entidade também sugere que a normalização do nível dos estoques após a greve dos caminhoneiros contribuiu para o desempenho.

Excluindo o efeito de fatores fortuitos e não econômicos, o crescimento em julho foi de 2,9% em relação ao mesmo mês do ano passado.

Dentre as regiões do País, o subsistema Sudeste/Centro-Oeste apresentou um aumento da carga de 5,1% em junho. Segundo o ONS, por deter cerca de 60% da carga industrial do País, a normalização dos estoques após o acúmulo em virtude da interrupção dos serviços de transporte de carga, ao final de maio e o início de junho, explica parte do resultado da carga desse subsistema. Além disso, contribuiu para esse resultado a ocorrência de temperaturas superiores às ocorridas no mesmo período do ano anterior. Pelo critério ajustado, a taxa de crescimento foi de 3,8%.

No Nordeste, a carga cresceu 5,4%, influenciada pela incidência de chuvas abaixo da média, principalmente no litoral da Bahia, e a ocorrência de temperaturas acima da média, superiores ao mesmo mês do ano anterior.

Já o subsistema Sul apresentou uma variação positiva de 2,7% em julho, ante igual mês de 2017, enquanto no Norte a carga de recuou 3,9%. O ONS explicou que a queda pode ser explicada, principalmente, pela manutenção da redução da carga de um consumidor livre. "A carga dos consumidores industriais eletrointensivos do subsistema Norte conectados à Rede Básica, que passou por expressiva contração ao longo dos últimos anos, mantém-se em patamar bastante reduzido desde meados do ano de 2014", disse o operador.

Paraná reverte cenário e fica perto de manter gestão das rodovias federais

14/08/2018 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado em 13-08-2018)

União chegou a indicar que retomaria as estradas após série de escândalos, mas o governo paranaense garante ter costurado acordo para a renovação da delegação das BRs

O anúncio de que a União pretendia não renovar a delegação das rodovias federais para o Paraná está prestes a ser revisto. Em março, a **Gazeta do Povo** divulgou em primeira mão uma decisão de tirar da administração estadual a gestão sobre as BRs. Contudo, depois de uma longa negociação, deve ser fechado em breve o acordo que

mantém a delegação – essa é uma condição fundamental para dar viabilidade econômica a um futuro contrato de concessão de rodovias, a ser lançado para substituir o modelo atual de pedágio, que termina em 2021.



Em um evento sobre o futuro do sistema rodoviário do Paraná, realizado na sexta-feira (10) em Curitiba, a governadora **Cida Borghetti** (PP) chegou a afirmar, durante o discurso, que a nova delegação das rodovias federais havia sido conquistada.

Contudo, ao ser questionada sobre os detalhes do acordo, ela destacou que ainda estava na dependência de alguns detalhes, mas que as tratativas estavam avançadas.

A Gazeta do Povo consultou o Ministério dos Transportes, que confirmou, nesta segunda-feira (13), que a negociação está bem encaminhada no sentido de renovar a delegação.

Para entender

O sistema paranaense de cobrança de pedágio, o chamado **Anel de Integração**, é composto de 2,5 mil quilômetros de rodovias, sendo 1,8 mil federais. Para permitir que fosse feita a concessão para a iniciativa privada, a União concordou em ceder os direitos sobre as BRs. Pelo modelo que foi aplicado, toda a gestão ficou com o governo do Paraná, que acabou tomando decisões, como excluir obras previstas e fazer aditivos de contrato sem consultar o governo federal.

Em março, depois uma série de escândalos envolvendo o pedágio no Paraná, inclusive na operação Lava Jato, o governo federal comunicou que não pretendia renovar a delegação das rodovias. Começou então uma negociação política para reverter a decisão. Uma das condições impostas pelo governo federal, impulsionada por uma cobrança do Tribunal de Contas da União (TCU), é ser consultado em relação a mudanças contratuais – para evitar que todas as definições sejam tomadas pela administração paranaense, sem qualquer consulta ou anuência.

Sem as BRs, o Paraná teria dificuldade de colocar em pé um plano robusto de concessão de rodovias. Restariam apenas as chamadas PRs, a maioria de curta extensão, não interligada e com baixo fluxo de veículos.

Essa condição seria pouco atrativa para as empresas interessadas em administrar os trechos em troca da cobrança de pedágio. Mas agora o acordo avança para uma oficialização em breve, que daria o lastro jurídico necessário para começar a compor o edital de licitação a ser lançado em 2020.

Produção de motos em julho é a segunda melhor do ano

14/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 13-08-2018)

A **produção de motos** registrou 96,3 mil unidades em julho. Foi o segundo melhor mês do ano e resultou em uma grande alta de 92,1% sobre junho, quando alguns fabricantes anteciparam suas férias coletivas como consequência da greve dos caminhoneiros.

Outro motivo para o crescimento mensal é que a Abraciclo, associação que reúne as fabricantes, incluiu pela primeira vez os números da JTZ, uma nova associada que

montou em julho 1,7 mil motos e scooters das marcas Haojue e Kymco. Sem a novata, a alta sobre junho teria sido de 88,7%. No acumulado do ano foram produzidas em Manaus 591 mil motos, resultando em alta de 19,3% sobre os mesmos sete meses do ano passado.

A Abraciclo atribui o crescimento do mercado de duas rodas ao aumento na oferta de crédito e também aos consórcios (leia **aqui**). As vendas no atacado (das fábricas às concessionárias) somaram em julho 88,8 mil unidades, o que resultou em crescimento de 74,6% sobre junho.

Assim como ocorreu com a produção, o salto também foi motivado pela greve no setor de transporte rodoviário e pela entrada da JTZ. Excluídas as 949 unidades repassadas pela nova marca, o crescimento sobre junho seria de 72,6%.



No acumulado do ano, as vendas no atacado somaram 540,1 mil unidades, resultando em acréscimo de 15,6% sobre os mesmos sete meses do ano passado. As exportações do setor até julho alcançaram um total de 40,8 mil motos, número 13,4% mais alto que o de igual período do ano passado.

Assim como ocorreu com as montadoras de automóveis e caminhões, as fábricas de motos revisaram para baixo suas exportações como consequência da retração no mercado argentino, principal destino das motocicletas brasileiras. Em vez de 85 mil, a entidade estima agora 80 mil unidades enviadas ao exterior até o fim do ano.

Missão comercial no México pode gerar US\$ 2,7 milhões para indústria brasileira de implementos

14/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 13-08-2018)

Estimativa é das seis fabricantes associadas à Anfir que participaram da Expo Cargo em junho

A missão comercial de empresas brasileiras fabricantes de implementos rodoviários no **México** pode gerar um total de US\$ 2,7 milhões em negócios com importadores locais. A estimativa é das seis companhias que representaram o Brasil na **edição 2018 do Expo Cargo, que aconteceu na Cidade do México entre 26 e 28 de junho**.

Durante o evento, as empresas brasileiras realizaram 126 contatos comerciais, incluindo os realizados durante a rodada de negócios previamente programada pela organização da feira. As companhias brasileiras que compunham a missão foram Fix, Grimaldi, Hidromas, Ibioporã, Randon e Thermo Star. Além do Brasil, a Expo Carga contou também com a presença de participantes de países como Estados Unidos, China, Colômbia, Panamá e Argentina.

“O México é um dos maiores mercados logísticos da América Latina e o resultado parcial de nossa participação na feira mostra que o produto brasileiro tem grandes chances de conquistar a preferência local”, afirma o presidente da Anfir, Norberto Fabris.

A comitiva brasileira foi organizada pela Anfir, associação das fabricantes de implementos rodoviários, e pela Apex-Brasil, Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, que juntas promovem desde 2016 a MoveBrazil, iniciativa de suporte à exportação para o setor.

Desde então, o programa realizou missões comerciais ao Chile, Colômbia, Peru, em São Paulo, durante a edição da Fenatran em 2017, no Panamá e a última realizada no México.

Veículos pesados puxam alta dos negócios no Banco Mercedes

14/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 13-08-2018)



Volume de novos contratos sobe 54% no primeiro semestre, para R\$ 1,7 bilhão no período

O forte crescimento do mercado de **veículos comerciais pesados** ajudou a impulsionar de forma positiva os negócios no **Banco Mercedes-Benz**, que registrou aumento de 54,6% no volume de novos contratos para o financiamento de veículos no primeiro semestre sobre igual período do ano passado: o valor passou de R\$ 1,1 bilhão para R\$ 1,7 bilhão, com destaque para o desempenho dos segmentos de caminhões e ônibus.

Com isso, o saldo da carteira da instituição também apresentou alta em junho, ao atingir R\$ 8,2 bilhões, alta de 5,1% sobre mesmo período de 2017.

Os ônibus lideraram a carteira do primeiro semestre em termos de valor: somaram R\$ 647 milhões, crescimento de 180% com relação ao valor do ano passado e **o melhor volume obtido em um primeiro semestre desde 2012.**

Já para o financiamento de caminhões foram registrados R\$ 632 milhões no período, volume 33,6% superior ao registrado entre janeiro e junho de 2017, quando o total foi de R\$ 473 milhões. Em automóveis o volume foi de R\$ 175 milhões, alta de 27,7% na mesma base de comparação.

“Com o mercado reagindo estamos em um ritmo de crescimento constante que se iniciou com o incremento de 20% nos negócios em 2017 e, agora, com os 54,6% obtidos no primeiro semestre de 2018.

Nossa intenção é apoiar as vendas da fábrica e concessionárias, garantindo sempre as melhores condições para os clientes”, afirma o diretor comercial do Banco Mercedes-Benz, Diego Marin.

O CDC – crédito direto ao consumidor - superou o Finame como a linha de crédito mais procurada: no primeiro semestre a modalidade acumulou R\$ 962 milhões, volume 138,7% maior do que apresentado no ano passado, enquanto o Finame gerou R\$ 508 milhões no período.

O Refrota - Renovação de Frota do Transporte Público Coletivo Urbano – participou com R\$ 150 milhões.

Schaeffler Mover antecipa mobilidade autônoma

14/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 13-08-2018)



Conceito elétrico autoguiado tem 4 motores e 4 rodas direcionais

A Schaeffler concebeu uma plataforma para pequenos veículos autônomos movidos a eletricidade. O conceito é chamado **Schaeffler Mover** e poderá ser utilizado como robô-táxi e em outras aplicações de transporte sem motorista. O estudo inclui a possibilidade de produção ao longo deste ano de um protótipo com cabine e ar-condicionado.

De acordo com a empresa, os componentes de propulsão e de chassi foram combinados de modo a economizar o máximo possível em espaço. Em cada uma das rodas há um módulo que contém motor, suspensão e atuador do sistema de direção.

Segundo a Schaeffler, cada conjunto permite ângulos de direção de 90 graus, o que aumenta bastante a capacidade de manobrar em ruas estreitas e de estacionar em vagas apertadas.

Um sistema de controle de estabilidade desenvolvido para o Schaeffler Mover permite o comando individualizado das rodas, atuando como controle eletrônico de estabilidade (ESC). Outra vantagem inerente ao conceito é a tração integral.

ANP estuda proibir anúncio prévio de reajuste dos combustíveis

14/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 13-08-2018)

Preços terão que ser divulgados por ponto de venda e não mais em médias nacionais

A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) prevê lançar até o fim de setembro novas regras para a divulgação de preços dos combustíveis no país. Uma das mudanças propostas é a proibição de divulgação prévia de reajustes, como a Petrobras faz atualmente.

De acordo com o diretor-geral da agência, Décio Oddone, o objetivo é dar mais transparência ao mercado de combustíveis, que virou foco de questionamentos após a greve dos caminhoneiros, em maio.



Décio Oddone, diretor-geral da ANP (Agência Nacional do Petróleo) - Ricardo Borges/Folhapress

A implantação de regras para a divulgação de reajustes é resultado de consulta pública feita sobre a periodicidade dos aumentos. Na ocasião, a ANP decidiu que não seria necessário definir prazos mínimos, mas pregou maior transparência na política das empresas.

De acordo com Oddone, o modelo em estudo determina que as empresas anunciem reajustes apenas depois de colocarem os novos preços em prática. Além disso, os preços terão que ser divulgados por ponto de venda e não mais em médias nacionais.

Hoje, a Petrobras pública em seu site os preços vigentes para o dia seguinte, sempre em uma média nacional. Nesta terça (14), por exemplo, cobrará R\$ 1,9173 por litro de gasolina, alta de 0,9% com relação ao valor vigente nesta segunda. O preço do diesel está congelado em R\$ 2,0316 por litro desde a paralisação.

Oddone disse que as regras valerão para todos os produtores e importadores de combustíveis. A agência estuda também obrigar que distribuidoras divulguem os preços que praticam, ao que não ocorre atualmente.

A resolução deve ainda determinar que donos de postos publiquem seus preços de venda no sistema Infopreço, criado no mês passado, mas ainda não obrigatório. A ideia é transformar a base de dados em um aplicativo para que o consumidor possa escolher a gasolina mais barata de sua região.

A proposta de resolução será discutida com o setor em consulta pública, que deve ser iniciada até o fim de agosto. "Transparência e competitividade são bons para o consumidor", disse o diretor-geral da ANP em entrevista após almoço com executivos do grupo empresarial Lide.

CAUTELA

Oddone justificou o atraso no ressarcimento da subvenção ao diesel dizendo que a ANP precisa ter cautela na transferência de recursos públicos para empresas privadas. Até o momento, a agência só autorizou o pagamento de R\$ 121 mil à Dax Oil Refino e à Refinaria Riograndense de Petróleo.

O valor é referente à primeira fase da subvenção, cujo pagamento deveria ter sido feito no fim de junho. O prazo para os primeiros 30 dias da segunda fase venceu em 26 de julho - a Petrobras diz ter direito a R\$ 871 milhões deste período.

"Estamos tendo toda a cautela, todo o respeito que o dinheiro público requer", afirmou. A subvenção garante a produtores e importadores de diesel ressarcimento de até R\$ 0,30 por litro vendido com desconto.

O atraso tem preocupado principalmente importadores de combustíveis, que alegam problemas no fluxo de caixa. Oddone diz que a ANP está analisando "dezenas de milhares" de notas fiscais.

Até o fim do programa de subvenção, o governo prevê gastar R\$ 9,5 bilhões com o ressarcimento ao desconto no preço do diesel. O programa foi iniciado em maio, com desconto de R\$ 0,07 por litro e ampliado em 7 de junho, para R\$ 0,30.

Postos de gasolina devem ser obrigados a divulgar preços em sistema na internet

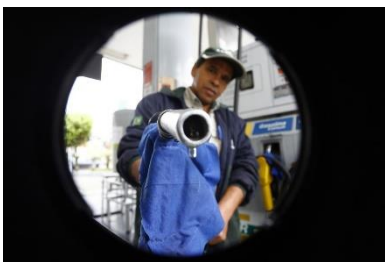
14/08/2018 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado em 13-08-2018)

Medida pode entrar em prática já em setembro com as novas regras da ANP. Outra norma polêmica é a proibição da divulgação prévia de reajustes

A Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) quer proibir a divulgação prévia de reajustes, como a Petrobras faz atualmente. A medida faz parte das novas regras para a divulgação de preços dos combustíveis no país.

De acordo com o diretor-geral da agência, Décio Oddone, o objetivo é dar mais transparência ao mercado de combustíveis, que virou foco de questionamentos após a greve dos caminhoneiros, em maio.

A implantação de regras para a divulgação de reajustes é resultado de consulta pública feita sobre a periodicidade dos aumentos. Na ocasião, a ANP decidiu que não seria necessário definir prazos mínimos, mas pregou maior transparência na política das empresas.



Como é hoje

De acordo com Oddone, o modelo em estudo determina que as empresas anunciem reajustes apenas depois de colocarem os novos preços em prática. Além disso, os preços terão que ser divulgados por ponto de venda e não mais em médias nacionais. Hoje, a Petrobras publica em seu site os preços vigentes para o dia seguinte, sempre em uma média nacional. Nesta terça (14), por exemplo, cobrará R\$ 1,9173 por litro de gasolina, alta de 0,9% com relação ao valor vigente nesta segunda. O preço do diesel foi congelado em R\$ 2,0316 por litro desde a paralisação.

Oddone disse que as regras valerão para todos os produtores e importadores de combustíveis. A agência estuda também obrigar que distribuidoras divulguem os preços que praticam, ao que não ocorre atualmente.

Preços na internet

A resolução deve ainda determinar que donos de postos publiquem seus preços de venda no sistema Infopreço, criado no mês passado, mas ainda não obrigatório. A ideia é transformar a base de dados em um aplicativo para que o consumidor possa escolher a gasolina mais barata de sua região.

A proposta de resolução será discutida com o setor em consulta pública, que deve ser iniciada até o fim de agosto. "Transparência e competitividade são bons para o consumidor", disse o diretor-geral da ANP em entrevista após almoço com executivos do grupo empresarial Lide.

Cautela

Oddone justificou o atraso no ressarcimento da subvenção ao diesel dizendo que a ANP precisa ter cautela na transferência de recursos públicos para empresas privadas. Até o momento, a agência só autorizou o pagamento de R\$ 121 mil à Dax Oil Refino e à Refinaria Riograndense de Petróleo.

O valor é referente à primeira fase da subvenção, cujo pagamento deveria ter sido feito no fim de junho. O prazo para os primeiros 30 dias da segunda fase venceu em 26 de julho -a Petrobras diz ter direito a R\$ 871 milhões deste período.

"Estamos tendo toda a cautela, todo o respeito que o dinheiro público requer", afirmou. A subvenção garante a produtores e importadores de diesel ressarcimento de até R\$ 0,30 por litro vendido com desconto.

O atraso tem preocupado principalmente importadores de combustíveis, que alegam problemas no fluxo de caixa. Oddone diz que a ANP está analisando “dezenas de milhares” de notas fiscais.

Até o fim do programa de subvenção, o governo prevê gastar R\$ 9,5 bilhões com o ressarcimento ao desconto no preço do diesel. O programa foi iniciado em maio, com desconto de R\$ 0,07 por litro e ampliado em 7 de junho, para R\$ 0,30.

Resolução sobre transparência de ajuste de combustível sai em setembro, diz ANP

14/08/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 13-08-2018)

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, prevê para setembro a publicação da resolução que pretende aumentar a transparência da divulgação dos ajustes dos preços dos combustíveis no Brasil.

Uma parte da resolução já foi divulgada por Oddone na época da Tomada Pública de Contribuições (TPC) para definir se deveria haver uma periodicidade de ajustes de combustíveis determinada pelo governo, para evitar oscilações nos preços trazidas ao mercado interno desde que a Petrobras começou a praticar ajustes diários, o que desencadeou a greve dos caminhoneiros em maio passado.

Apesar de ter sugerido o tema, a ANP decidiu não estabelecer uma periodicidade para os ajustes, mas informou que iria abrir uma consulta pública para tornar o processo mais transparente. “Na época decidimos que não haveria periodicidade mínima, mas que a empresa não deveria divulgar com antecedência o ajuste e que deveria publicar os ajustes por ponto de venda, e não pela média como é feita hoje”, explicou.

A resolução que será publicada em setembro vai regulamentar essas decisões e “outras medidas que estamos discutindo na agência para colocar a consulta pública”, informou. Entre as novas medidas deverá estar a obrigatoriedade da divulgação diária dos preços por refinadores, importadores, distribuidores e postos de abastecimento através de um aplicativo que será criado, para facilitar a consulta pelo consumidor.

Para publicar uma resolução no Diário Oficial da União (DOU) e assim torná-la juridicamente efetiva, a ANP prepara uma minuta sobre o tema que será colocada em consulta pública. Após 30 dias a agência realiza uma audiência pública para debater as contribuições recebidas. Depois é feita a redação final e publicada no DOU.

Musk diz que fundo saudita apoia compra da Tesla; negociações continuam

14/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 13-08-2018)

Mensagem reforçou anúncio do bilionário do Vale do Silício sobre fechar capital da empresa



Fundador da Tesla, Elon Musk, na Califórnia - Robyn Beck/AFP

O presidente-executivo da Tesla, Elon Musk, disse nesta segunda-feira (13) que ainda está em negociações com potenciais patrocinadores de uma possível aquisição da empresa, incluindo o fundo soberano da Arábia Saudita, mas que não assegurou ainda obtenção do financiamento.

Em mensagem escrita, Musk disse que o fundo saudita quer que a fabricante de carros elétricos feche seu capital e que está envolvido em negociações que já duram quase dois anos com a empresa.

A publicação reforçou o anúncio inesperado do bilionário do Vale do Silício em 7 de agosto, de que ele estava considerando tornar a empresa privada e que tinha assegurado financiamento para isso. As ações da Tesla, contudo, mostravam pouca variação nesta segunda-feira, sugerindo que os investidores ainda precisam ser convencidos.

"Eu continuo a ter discussões com o fundo saudita, e também estou tendo discussões com vários outros investidores, algo que sempre planejei fazer, já que eu gostaria que a Tesla continue a ter uma ampla base de investidores", escreveu Musk.

Ele disse que, desde seus comentários no Twitter sobre a possibilidade de um acordo, o diretor-gerente do fundo saudita manifestou apoio à operação, que depende de compromissos financeiros e outros relacionados à análise dos números da montadora. O Fundo de Investimento Público da Arábia Saudita é conhecido por investimentos em tecnologia, incluindo os US\$ 45 bilhões (R\$ 175 bilhões) investidos no Vision Fund, do SoftBank Group.

O fundo árabe não respondeu imediatamente a um pedido de comentário. A Tesla não comentou o assunto.

"Eles se encontraram comigo no início de 2017 para expressar esse interesse por causa da importante necessidade de diversificar para além do petróleo", escreveu Musk.

"Eles então realizaram várias reuniões adicionais comigo durante o ano seguinte para reiterar esse interesse e tentar avançar com uma transação particular. Obviamente, o fundo soberano da Arábia Saudita tem mais do que o capital necessário para executar tal transação."

Vários analistas disseram que fechar capital faria sentido para a Tesla, mas expressaram ceticismo sobre a capacidade da empresa de levantar os fundos necessários.

O fato de Musk não ter feito imediatamente uma divulgação formal levou a processos judiciais de investidores, acusando Tesla de planejar de forma fraudulenta para prejudicar os vendedores a descoberto das ações.

"Saí da reunião de 31 de julho (com o fundo) sem dúvida de que um acordo com o fundo soberano saudita poderia ser fechado, e que era apenas uma questão de levar o processo adiante", disse Musk. "É por isso que me referi a 'financiamento garantido' no anúncio de 7 de agosto."

Musk disse que, após discussões sobre o acordo na semana passada com os dois conselheiros externos e com a diretoria da empresa, foi acordado que o próximo passo era que ele consultasse os principais acionistas da Tesla.

Ex-presidente da Audi tem pedido de liberdade negado

14/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 13-08-2018)

Justiça diz que perigo de obstrução; executivo é julgado por fraude na emissão de poluentes

O ex-presidente executivo da Audi Rupert Stadler teve seu pedido de liberdade rejeitado, informou a corte de apelações de Munique nesta segunda-feira (13).

Stadler foi preso em junho como parte de uma investigação mais ampla sobre fraude na emissão de poluentes dos automóveis da marca de luxo, que faz parte do grupo Volkswagen.

A Justiça decretou a prisão por temer a influência do executivo sobre testemunhas da investigação sobre o escândalo de emissões da Volkswagen.



Rupert Stadler, ex-presidente executivo da Audi - Reuters

"A Câmara enfatiza que o perigo de obstruir a justiça permanece. A libertação do acusado da custódia foi, portanto, rejeitada", disse a corte de Munique em um comunicado.

Stadler, que deixou a empresa em junho, havia pedido para ser libertado e apelou contra a sua detenção, disse o escritório do promotor de Munique.

Os procuradores estão investigando Stadler e outros membros da alta administração da Audi por suspeita de fraude e propaganda falsa ligadas a níveis ilegais de poluentes em seus carros e manipulação de testes de veículos.

Funcionário tem braço amputado em usina da Usiminas em MG após novo acidente

14/08/2018 – Fonte: DCI (publicado em 13-08-2018)

Empresa confirmou o acidente com o eletricista de 36 anos "que realizava atividade de manutenção programada no local quando se acidentou"



A usina da Usiminas em Ipatinga (MG) teve nesta segunda-feira um novo acidente grave, três dias após a explosão de um equipamento que deixou 34 feridos, informou o sindicato local.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga e Região afirmou que um funcionário da empresa terceirizada Inner sofreu acidente na correia transportadora da sinterização e acabou com um dos braços amputado. A entidade não deu detalhes sobre a empresa terceirizada e não foi possível contatá-la para mais informações.

A Usiminas confirmou o acidente com o eletricista de 36 anos "que realizava atividade de manutenção programada no local quando se acidentou".

"A empresa ressalta que a sinterização não tem ligação com as áreas das ocorrências anteriores e que já está apurando as circunstâncias do acidente", informou a companhia.

Na sexta-feira, um gasômetro, tanque que armazena gases gerados pelo processo de produção de aço, explodiu por volta das 12h. A força da explosão, que pôde ser vista a quilômetros de distância, causou pânico em Ipatinga, cidade que tem a Usiminas como principal empregadora. A explosão deixou 34 feridos e paralisou a produção de aço bruto da companhia.

Antes da explosão, na quarta-feira, um funcionário, também terceirizado, morreu prestando serviços de manutenção em equipamento na área de aciaria da usina.

"Os acidentes, todos eles, são gerados pelas mesmas situações. A empresa não está treinando os funcionários, a empresa insiste em aumentar o lucro a todo o custo aumentando jornada de trabalho por meio de bancos de horas e após a reforma trabalhista, terceirizando a quem oferece o menor preço", afirmou o presidente do sindicato, Geraldo Magela Duarte. "Podemos esperar mais acidentes", acrescentou.

A usina de Ipatinga está em operação desde a década de 1960. O complexo tem três alto-fornos, dos quais o número 1 foi reativado em abril deste ano após ficar parado desde 2015 em meio à queda na demanda brasileira por aço.

Os acidentes ocorrem enquanto a Usiminas discute um plano estratégico de longo prazo, após vários anos de uma intensa disputa entre os sócios Ternium e Nippon Steel pelo controle do dia a dia das operações da companhia.

Na pauta estão discussões que vão desde pesados investimentos para garantir continuidade de operações de mineração, a instalação de uma nova linha de galvanização na unidade e o tipo de reforma que a empresa terá de fazer no alto-forno 3, o maior da unidade, com capacidade para 3 milhões de toneladas de ferro gusa por ano.

Os incidentes também ocorreram cerca de um ano após a companhia concluir uma renegociação de dívida com bancos e outros credores após um processo de refinanciamento que incluiu um aumento de capital de 1 bilhão de reais e um aporte de 700 milhões de reais da unidade de mineração do grupo.

Duarte afirmou que o sindicato enviou à Usiminas pedido para participar das apurações sobre as causas dos acidentes.

Mais cedo, a Usiminas informou que espera a retomada da operação do alto forno 3 até quarta-feira e que já reiniciou operações dos alto fornos 1 e 2 e de laminação a frio e galvanização. As operações com laminadores de chapas grossas e tiras a quente devem retornar na terça e quintas-feiras desta semana.

"Voltar a produção a qualquer custo, sem saber o que aconteceu nos acidentes, é continuar tendo risco de mais acidentes", disse Duarte.

Procurada, a Usiminas afirmou que "segue as melhores práticas internacionais de segurança, alinhadas às da siderurgia mundial. As causas do acidente seguem em apuração pelas equipes técnicas e os trabalhos estão sendo acompanhados pelas autoridades competentes".